

IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Ana Clara Morais¹; Ana Luísa da Silva Ramalho²; Ítalo Bruno Alves³; João Maria Filgueira⁴
E-mail: anaclarams2013@gmail.com¹; aninha_922@hotmail.com²; italoalves@outlook.com³;
joao.filgueira@ifrn.edu.br⁴

RESUMO

Neste trabalho é analisado um programa assistencialista que foi implantado em 2003 e é essencial para a população pobre presente no Brasil, o Programa Bolsa Família. Nessa análise estudou-se como esse se relacionava com o Produto Interno Bruto, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e o aumento no

número de matrículas nos 167 municípios do Rio Grande do Norte, através da Média, Mediana, Moda, Desvio Padrão e fazendo as correlações do PBF com as três variáveis. Através do estudo foi observado que o PBF não cumpre um de seus principais objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família, municípios, correlações.

IMPACT OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM IN MUNICIPALITIES OF RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT

In this work is analyzed an assistencialist program that was implemented in 2003 and is essential for the poor population present in Brazil, the Bolsa Família Program. In this analysis was studied how the Bolsa Família Program was related with the Gross Domestic Product (GDP), the Index of Basic Education Development and the

increase enrollment in 167 cities of Rio Grande do Norte, by Media, Mediana, Moda, Desvio Padrão and doing the correlations of GDP with three variables. Through of this study was noted that the GDP doesn't complies one of the main objectives.

KEYWORDS: Bolsa Família Program, cities, correlations.

1. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família, criado pela medida provisória nº 132, de 20 de Outubro de 2003, transformada na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, é o principal programa de transferência de renda do governo federal (BRASIL. MDS, 2006) no 1º mandato do Presidente do Brasil Luiz Inácio “Lula” da Silva. Surgido através da unificação do bolsa escola, auxílio gás, bolsa alimentação e o cartão alimentação, estes já existentes, o Bolsa Família tem o objetivo de auxiliar as famílias em situação precária de pobreza em todo País através de uma ajuda de custo na qual esta ajuda financeira está ligada ao cumprimento de condicionalidades na área de saúde e educação.

O trabalho tem o objetivo de analisar disso se o programa estabelecido pelo governo está afetando positivamente ou negativamente no desenvolvimento social das pessoas registradas no Bolsa Família. Para isso, focalizou nas variáveis PBF (Programa Bolsa Família), PIB (Produto Interno Bruto), IDEB (Índice de Educação Básica) e na matrícula das escolas públicas dos alunos da 8ª série / 9º ano utilizando os dados relacionados aos 167 municípios situados no estado do Rio Grande do Norte.

Está composto na seguinte ordem: Metodologia, Revisão da Literatura (Bolsa Família), Análise dos Resultados, Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

2. METODOLOGIA

Por meio deste estudo será apresentada uma avaliação do impacto do Programa Federal Bolsa Família nas variáveis PIB, matrícula e IDEB. Para obtenção dos dados foram utilizados artigos na área de educação, economia; além de sites. Foram obtidos por meio da internet e livros.

Para a análise dos dados foram usadas tais técnicas estatísticas: Média, Moda, Mediana e Desvio-padrão (LARSON, 2004). Além da utilização da correlação para comprovação dos efeitos do Bolsa Família para cada variável e do Excel da Microsoft para a organização dos dados em planilhas e criação dos gráficos.

3. O BOLSA FAMÍLIA

As políticas Públicas de transferência de renda no País consistem em recursos financeiros que são repassados pela esfera federal às famílias mais pobres da população brasileira. Isso decorre do fato de que muitos entendem que a política social deve permanecer no limite da Seguridade Social, isto é, constituindo um direito assegurado na constituição brasileira (MARQUES e FERREIRA, 2010).

Ao analisar os pressupostos neoliberais, constata-se que as diferenças sociais são geradas pelo resultado das escolhas de cada indivíduo. Assim, o Estado, por meio das políticas sociais,

pretende garantir alguns mínimos para assegurar as condições necessárias para a manutenção dos interesses do capital (LOURENÇO, 2007).

Neste contexto, o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza em todo o País. O PBF surgiu da unificação dos programas bolsa escola, auxílio gás, bolsa alimentação e o cartão alimentação. Com a referida junção, foi obtida maior racionalidade administrativa, o que melhorou as condições de padronização dos procedimentos de gestão (BRASIL, 2004a).

O Bolsa Família foi instituído pela lei n° 10836, em 09/01/2004 (BRASIL, 2004a) e é caracterizado por centrar-se em toda a família e não apenas em alguns de seus membros de forma isolada e possui uma ajuda de custo na qual o recebimento do auxílio financeiro está vinculado ao cumprimento de condicionalidades na área de saúde e educação.

Com relação aos critérios de inclusão, as famílias que podem participar como beneficiárias do Bolsa Família são as que se encontram em situação de renda *per capita* mensal familiar de até 120 reais (situação de pobreza) e 60 reais (situação de extrema pobreza). As famílias em extrema pobreza recebem dois tipos de benefícios: uma renda básica de 58 reais por família, independente de ter filhos ou não, não existindo a exigência do filho ou adolescente frequentar a escola ou consultar regularmente o posto de saúde; uma renda de 18 reais por filhos com a existência das condicionalidades. Para essas famílias a transferência é de 112 reais. Para as consideradas em situação de pobreza o benefício é de 18 reais por filho, com limite de R\$ 54,00 (MARQUES, 2010).

Como mencionado é necessário que algumas famílias que participem do PBF exerçam algumas condicionalidades na área da saúde e da educação. Essas condicionalidades são para garantir que os seus beneficiários exerçam seus direitos sociais na saúde e na educação, abrangendo as crianças, grávidas, mães em amamentação e os adolescentes. Nessa última os indivíduos de 6 a 17 anos tem a obrigação de se matricularem na escola, os de 6 a 15 tem que possui uma frequência mínima de 85% e os de 16 a 17 de 75%; e na obrigação de informar ao gestor municipal do programa sempre que ocorrer mudança de escola, para que o aluno não deixe de fazer o acompanhamento escolar e sempre que houver ausência, justificando-a (BRASIL, 2008^a, p. 17).

O principal objetivo do PBF é minimizar a pobreza na família e permitir que seus membros se capacitem para que no futuro tenham a possibilidade de se emanciparem e dessa forma ocorrer à integração com o capitalismo.

O PBF de um lado exhibe implicações positivas, como a diminuição do indicador de miséria no Brasil entre 2002 e 2006; um modelo de políticas sociais altamente elogiado internacionalmente; o apoio para o aumento da escolaridade no país; impactos na economia do Brasil, o que resultou num crescimento adicional do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2005 e 2006, entre outros. Do outro lado, os críticos do Bolsa Família buscam focar nas irregularidades na execução do programa, como: o recebimento dos benefícios por pessoas não habilitadas, duplicidades na folha de pagamento e o acontecimentos de fraudes; compreendem o programa como sendo de caráter assistencialista; alegam que a frequência escolar como condicionalidade não proporciona um bom aprendizado etc. (TRALDI e ALMEIDA, 2012)

Apesar dos obstáculos a percorrer, o Bolsa Família também possui pontos favoráveis a se comentar. Segundo TRALDI e ALMEIDA (2012), o PBF adquiriu legitimidade política acoplado à sociedade brasileira, ou seja, a população reconhece o Programa e entende que ele está sendo empregado de forma adequada, ainda considerando problemas no seu cumprimento; além disso indica que a opinião da sociedade deve ser analisada como importante elemento de avaliação de políticas públicas, ou seja, não se discute somente verificar o nível de ajuda ou rejeição a uma determinada política, mas de perceber que um diagnóstico adequado do que raciocina a população poderá cooperar para averiguar sua real efetividade.

Embora tenha aparências vulneráveis, as informações são bastante expressivas na verificação de que os programas que se afirmam como políticas públicas compensatórias vêm cumprindo um papel notório no combate à exclusão social. Conclusão que não deve ser lida como um ponto fundamental e indiscutível de fé a favor do programa Bolsa Família, e apoia a necessidade de seu acompanhamento por parte de pesquisas e avaliações sobre suas implicações no âmbito familiar e no espaço público.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Serão demonstrados dados de PIB, matrícula, IDEB e a quantidade financeira destinada para cada município do RN no ano de 2009 como objeto de estudo dessa análise e depois as correlações.

4.1 Bolsa família

Valores do PBF destinados para cada município. Dos 167 que fazem parte do RN quatro municípios não tiveram seus dados revelados, dentre eles: Jundiá, Lagoa Nova, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

Tabela 1: Programa Bolsa Família

Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
2.008.829	1.181.688	#N/D*	4064376,592

*Não existe frequência

Com relação à média 32 municípios ficaram acima, os quais mais se destacaram foram: Natal 46.639.583 reais; Mossoró 18.331.243 reais e Parnamirim 9.353.996. Os que apresentaram menores índices foram: Ipueira 165.433, Viçosa 246.008 e São José do Seridó 247.641. Isso quer dizer que os municípios mais populosos receberam uma quantidade maior de benefícios do Programa, enquanto os com menores médias, ou seja, os quais ganharam menos dinheiro, coincidentemente apresentaram índice populacional abaixo dos 5000 habitantes.

A Mediana encontrada é 1.181.688 e por ela ser abaixo da média demonstra que pelo menos metade dos municípios estudados estão inferiores à da média estadual. A Moda não possui representatividade porque não apresentou um valor que se repetisse.

Quanto ao Desvio Padrão foi obtido um alto índice, representando uma grande variação nos valores apresentados por cada município. Isso ocorre por diversos fatores, dentre eles os diferentes níveis sociais, econômicos e quantidade populacional.

4.2 Matrícula

A matrícula corresponde a todas as crianças do ensino fundamental da 8ª série / 9º ano matriculados em escolas públicas espalhadas entre os 167 municípios do estado.

Tabela 2: Matrícula

Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
1903,02994	1038	970	3742,238418

Os municípios do RN que obtiveram Média acima de 1903,02994 foram 37, no quais os três maiores foram: Natal com 40722 alunos matriculados na rede pública; Parnamirim com 19451 matrículas e Ceará-Mirim com 10134 matrículas. Os que obtiveram os menores índices foram: Almino Afonso com 204 matriculados; Santana do Seridó com 206 e Lucrécia com 264 matrículas. Isso ocorre porque como os municípios com mais matrículas receberam uma verba maior do Bolsa Família se comparado aos municípios interioranos, estes deixaram a desejar devido ao pouco dinheiro.

Foi encontrado na Mediana o valor de 1038 e como esse valor está abaixo da média mostra que aproximadamente metade dos municípios do RN está abaixo da média do estado. Já a Moda apresentou valor de 970, mostrando o número que mais se repete nos registros de matrículas nos municípios do RN.

O Desvio Padrão apresentou um índice alto, demonstrando que o processo não está sobre controle, além disso, o desvio acarreta uma variação nos valores exibidos por cada município. Isso sucede por motivos como o número da população e o seu nível econômico.

4.3 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é utilizado para medir a qualidade do ensino. Dessa forma, foi analisado o IDEB dos municípios do RN, com exceção em Caiçara do Norte, Fernando Pedroza, Lagoa dos Velhos, Lagoa D'Anta, Rafael Godeiro, Timbaúba dos Batistas e Viçosa.

Tabela 3: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
2,917610063	2,9	3	0,517361195

Os municípios que possuem IDEB acima da Média são 69, nos quais os três maiores são: Ipueira com 5,2; São João do Sabugi com 4,2 e São José do Seridó com 4,2 também. Os três inferiores são: Vila Flor com 1,9; Jandaíra com 1,8 e Jardim de Angicos com 1,6. Esses dados mostram que para se ter um IDEB excelente não necessita de investimento do Bolsa Família, mas sim de uma economia estável que seja capaz de investir em educação. O mesmo ocorre para os últimos três, que não possui um IDEB bom porque os municípios não tem uma economia/ PIB que proporcione recursos para isso.

A Mediana encontrada é de 2,9, um pouco abaixo da Média, mostrando que quase metade dos municípios se encontram abaixo da Média estadual. A moda é de 3, demonstrando o número mais repetitivo do IDEB. Em relação ao Desvio Padrão foi apresentado um baixo valor, ou seja, há uma pequena variação dos valores entre os municípios do RN.

4.4 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto corresponde ao valor final total de todos os bens produzidos internamente numa economia em determinado período de tempo.

Tabela 4: Produto Interno Bruto

Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
6.118,36	4.759,83	#N/D*	7047,886418

*Não existe frequência

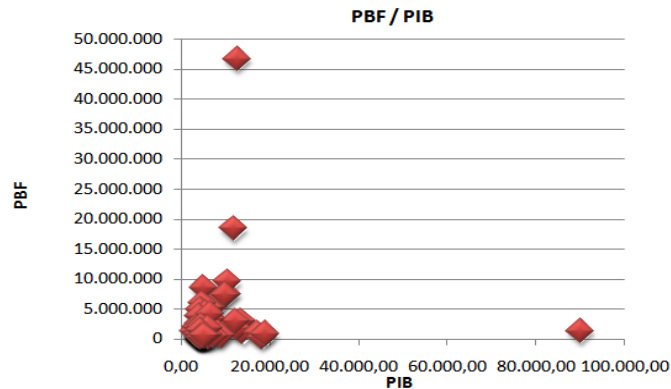
Dos 167 municípios analisados apenas 31 apresentaram um PIB acima da Média. Dentre eles Guimarães 90.233,45; Galinhos 18.379,30; Baía Formosa 17.588,38. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2009 estes municípios que apresentaram um PIB superior apresentavam uma economia mais voltada para o setor de serviços em virtude da alta representatividade do turismo. Já os que apresentaram menores médias foram: Serra de São Bento 3.314,72; Espírito Santo 3.544,24 e São Tomé 3.687,97. Para estas cidades depois do setor de serviços, a segunda maior participação na economia é a agricultura. Diferentemente da tendência apresentada pelo RN e Brasil onde a indústria está em segundo e a agropecuária em terceiro. Essa diferente dinâmica econômica apresentada pode interferir nos resultados apresentados por esses municípios.

A Mediana apresentada (4.759.83) é inferior a Média, o que nos permite identificar que grande parte dos municípios do RN (mais de 50%) estão abaixo do valor médio entre todos as 167 cidades. Já o alto Desvio Padrão demonstra uma variação significativa nos dados do PIB. Isso ocorre em virtude das diferentes dinâmicas econômicas apresentadas por cada cidade.

5. CORRELAÇÕES

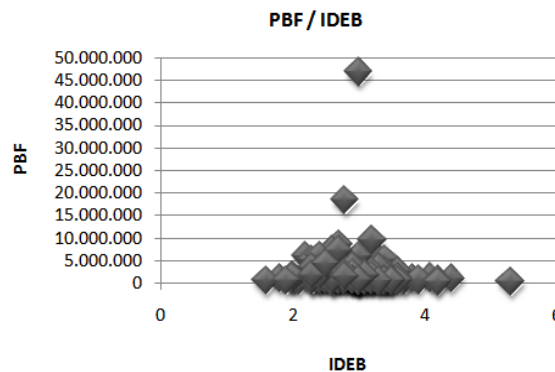
Após a análise dos resultados dos 167 municípios do Rio Grande do Norte vamos estabelecer as correlações existentes entre o Programa Bolsa Família com as variáveis PIB, IDEB e o número de matrículas, ou seja, se o PBF exerce algum impacto nesses itens.

O Bolsa Família e o PIB possui uma correlação de 0,104120246 isso quer dizer que o Programa não afeta na economia como era o esperado, pois esse impacto só poderá ocorrer a longo prazo.



Analisando o gráfico percebe-se que tem três pontos que estão discrepantes, o primeiro que recebe entre 45.000 e 50.000 mil reais do BF e mesmo assim possui um PIB inferior a 20.000 é o município de Natal, o qual recebe do Programa 46.639.583 mil reais e tem o PIB de 12.862,25. O segundo ponto que recebe entre 15.000 e 20.000 reais e tem o PIB inferior a 20.000 é Mossoró, com um PIB de 11.916,13 recebendo apenas 18.331,243 do PBF. O último ponto que recebe um valor inferior a 5.000 reais do PBF e possui um PIB superior a 80.000 é Guamaré com 1.275.873 reais de investimento do PBF e com o PIB de 90.233,45. Esses dados só confirmam que o PBF não afeta o PIB, pois os municípios citados acima possuem um alto ou baixo valor do PIB independente do PBF.

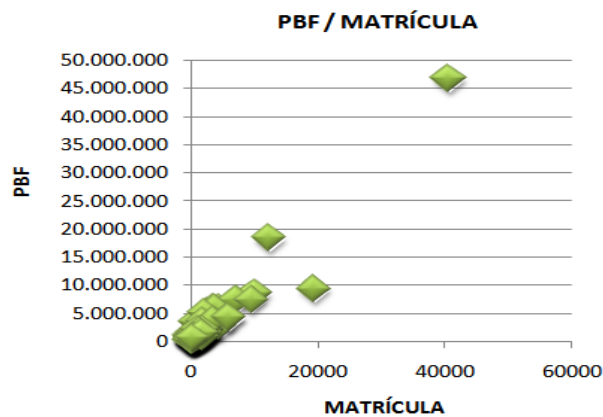
Com relação ao PBF e o IDEB é visto também que esse não impacta no último, pois a correlação foi de -0,05360607, mostrando que para afetar o IDEB o impacto é a longo prazo e que precisa acrescentar algumas condicionalidades ao PBF, como uma exigência de uma nota mínima para permanecer no Programa.



Nesse caso também tem três pontos que são discrepantes e que podemos tomá-los como exemplo. O primeiro que possui um PBF entre 45.000 e 50.000 e um IDEB entre 3 e 4 é Natal, com um IDEB de 3. O segundo é Mossoró com um IDEB de 2,8. O último é o município de Ipueira, o

qual recebe do PBF 165.433 e possui o melhor IDEB do RN com 5.3, utilizando outros meios para investir em educação, como o dinheiro que possui através da sua economia investida em serviços e indústria. Assim, como nos outros municípios, os quais a melhora na educação não depende do PBF.

A última variável é a matrícula com uma correlação de 0,954208657, comprovando que há um profundo impacto do PBF no aumento dos números de matrículas. O fato de isso ocorrer é porque para participar do Programa, as famílias consideradas em caráter de pobreza, é exigido que os filhos até 17 anos estejam matriculados e possuam uma frequência mínima.



Nesse gráfico também existem três pontos discrepantes da maioria. O primeiro é Natal com um PBF de 46.639.583 e com um número de matrículas de 40.722. O segundo é Mossoró com um PBF de 18.331.243 e com 12.395 matrículas. O terceiro é Parnamirim com um PBF de 9.353.996 e com 19.451 matrículas.

A partir dessas três correlações é visível que o PBF só impacta positivamente o número de matrículas nas escolas, por ser uma de suas condicionalidades e por ser algo que pode ser feito a curto prazo. O contrário ocorrer com o IDEB e com o PIB, nos quais o PBF não afeta à curto prazo, somente a longo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do Programa Bolsa Família e seus impactos nas variáveis de educação (IDEB e Matrícula) e Economia (PIB) demonstraram através das correlações que para curto prazo não há uma considerável relação com a área econômica, já que a maior parte de seus beneficiados (crianças) só irá impactar nesse setor quando entrarem no mercado de trabalho. Já para os setores da educação impacta de forma positiva no aumento das Matrículas, já que para o recebimento do auxílio é necessário que as crianças estejam na escola. Quanto à qualidade do ensino (medido pelo IDEB) a correlação demonstrou que o impacto pode tender ao negativo, ou seja, mais crianças em uma mesma estrutura escolar poderá diminuir o desempenho destas. Está é uma conclusão que pode ser feita para curto prazo, podendo sofrer variação ao longo da aplicabilidade do Programa.

Foram encontradas dificuldades para obtenção dos dados, sendo necessária grande utilização de tempo apenas para pesquisa destes.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, A. A. Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 36, p. 84-100,1991.

CGU - Controladoria Geral da União. Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível em:<<http://www.portaltransparencia.gov.br/graficos/bolsafamilia/>>. Acesso em: 19 Outubro 2012.

FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen; MARQUES, Rosa Maria. **O Brasil sob nova ordem: A economia brasileira contemporânea, uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade da renda e das despesas per capita no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.19, nº 3, p. 647 – 661, dez., 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/10.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Disponível em:< www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 Out. 2012.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Novo termômetro da educação. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/materias_297616.shtml>. Acesso em: 17 Out. 2012.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=8755>>. Acesso em: 19 Outubro 2012.

LARSON, Ron. **Estatística Aplicada**. Tradução e revisão técnica Cyro de Carvalho Patarra. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LOURENÇO, Sandra. Estado e Políticas Públicas: Uma análise sobre o processo de Mercantilização dos direitos sociais na atual conjuntura. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 16, n.1, p. 233-245, 2007.

MARTINS, Bruno; SILVA, Jorge. **O Programa Bolsa-Família: focalização e impacto sobre a pobreza no Rio Grande do Norte**. Disponível em:<<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/30M.pdf>>. Acesso em: 22 Out. 2012.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. MDS complementa a divulgação de resultados da segunda rodada da avaliação de impacto do Programa Bolsa Família. Disponível em:<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Nota.pdf>>. Acesso em: 18 Out. 2012.

ROCHA, Sonia. O Programa Bolsa Família: Evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.20, nº 1, p. 113 – 139, abr., 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n1/v20n1a05.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2012.

_____. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.12, nº1, p. 67 – 96, jan. / abr., 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n1/03.pdf>>. Acesso em: 22 Out 2012.

TRALDI, Daiane; ALMEIDA; Luiz. Políticas públicas de transferência de renda e a questão da segurança alimentar dos beneficiários: efetividades e entraves do Programa Bolsa Família. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.11, n.21, Jul 2012. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2175-7984.2012v11n21p137/22664>>. Acesso em: 29 Outubro 2012.